

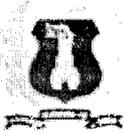


Ata da 3ª (terceira) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 31 (trinta e um) de Janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 09 (nove) horas do dia 31 (trinta e um) de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente em Exercício, Vereador Valmir Brasil e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Deza Soares; Professor Nonato; Tia Janne e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 004/2025, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa “Refis 2025” no âmbito no Município de Altaneira-CE, estabelece procedimentos para a transação especial de débitos fiscais, mediante concessões mútuas, nas condições que indica, e adota outras providências – matéria encaminhada à Comissão Permanente para análise e emissão de Parecer. Em uma questão de ordem, o Vereador Professor Nonato questionou os motivos que levaram a Mesa Diretora a não pautar o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2025, de autoria do Bloco da Maioria, que susta os efeitos da Portaria nº 139/2025 de 28 de janeiro de 2025, do Poder Executivo, uma vez que o mesmo já possui Parecer Jurídico atestando sua constitucionalidade. Dando continuidade ao expediente: Item 2: Ofício nº 010/2025, do Poder Executivo, em resposta ao Ofício 04/2025/GB, de 20 de janeiro de 2025, que encaminhou o Requerimento nº 01/2025 de autoria do Vereador Zé de Zuza e Item 3: Encaminhamento, do ex-Prefeito Municipal Dariomar Rodrigues, do Balanço Geral e da Prestação de Contas Anual (Contas de Governo) da Prefeitura Municipal de Altaneira, referente ao exercício financeiro de 2024. Em outra questão de ordem, o Vereador Professor Nonato novamente questionou o motivo de o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2025, de autoria do Bloco da Maioria, que susta os efeitos da Portaria nº 139/2025 de 28 de janeiro de 2025, do Poder Executivo, não ter sido pautado para a sessão de hoje. O Presidente em Exercício, Valmir Brasil, informou que a não pautação da matéria se deu pelo fato de ele estar como Presidente Interino, logo, está assumindo agora e não irá fazer coisas “atropeladas”, uma vez que necessita de orientação. Diante disso, o Vereador Júnior do Povo também trouxe questionamentos acerca dos motivos pelos quais a propositura não foi pautada, haja vista que todos os trâmites legais foram seguidos, incluindo parecer jurídico e assinaturas suficientes, afirmando ser necessário uma “explicação clara”. Também afirmou que “o respeito aos tempos e processos desta Casa é essencial, mas, também devemos garantir o diálogo, pois estamos lidando com o impacto sobre 32 (trinta e duas) pessoas. Qual é o posicionamento desta Casa diante dessa questão?”. **TEMA LIVRE:** a Vereadora Professora Ana Maria externou solidariedade a todos os 32 (trinta e dois) servidores surpreendidos pela portaria que suspendeu suas nomeações e posses. Afirmou saber o que essas pessoas estão passando, pois, já viveu algo semelhante. A Parlamentar destacou que os referidos servidores investiram tempo, dinheiro e esforço para conquistar seus cargos, inclusive, abrindo mão de outras oportunidades e, após tudo isso, após quase dois meses de trabalho, foram informadas de que suas vagas não existem, sem sequer receber pelo que já trabalharam. Nessa linha, solicitou aos colegas Vereadores que se coloquem no lugar dessas famílias, que agora enfrentam dificuldades para pagar suas contas, questionando qual teria sido o erro desses servidores para estarem passando por isso? Destacando que, se os mesmos foram chamados, é porque havia vagas. Como, só agora, informam que não existem? Assim, fez um apelo à Prefeita Ana Késia para que olhe essa situação com sensibilidade. O Vereador Zé de Zuza também fez tratativas acerca das exonerações dos



servidores, registrando que acompanhou o processo desde a reunião acontecida na sede da Câmara e também registrou sua solidariedade a todos os servidores que enfrentam essa situação. Entretanto, ressaltou que essa problemática não se iniciou nessa gestão, mas, sim, na gestão anterior. No ensejo, reiterou que os servidores não devem ser culpabilizados por toda essa situação, saindo em defesa de uma resolução. O Vereador Júnior do Povo, inicialmente, se solidarizou com as famílias de Janaína e Márcia David, que nesse momento se encontram enlutadas pelo falecimento de seus entes queridos. Sobre a portaria de exonerações da Prefeita Ana Késia, a caracterizou como “portaria do trabalho escravo”, pois, os servidores trabalharam sem receber. Afirmou que isso contradiz a própria gestão, que publicamente se diz contra o trabalho escravo. Ainda sobre esse assunto, o Parlamentar afirmou que o processo administrativo aberto para justificar essa decisão não segue os trâmites legais, levantando questionamento como: “onde estariam os membros da comissão julgadora, que devem ser servidores estáveis? Por que a defesa dos servidores é limitada a e-mail? Qual a justificativa para esse ato?”. Também pontuou que o parecer jurídico usado para justificar a medida não possui assinatura, ainda que o município disponha de quatro Procuradores. Prosseguindo no assunto, o Vereador destacou que se a intenção era extinguir cargos, isso deveria ser feito por meio de uma lei específica enviada à Câmara, e não de forma arbitrária. Para encerrar, afirmou que a administração pública exige seriedade e que medidas cabíveis estão sendo tomadas. O Vereador Paulo Robson usou seu tempo regimental no tema livre e seu tempo de liderança do governo na Casa para, inicialmente, parabenizar o Secretário de Educação, Professor Adeilton, por sua conquista no Campeonato Cearense de Ciclismo MTB, mencionando outros atletas locais que já alcançaram o pódio. Também reconheceu o trabalho da Secretaria Municipal de Infraestrutura na recuperação de buracos causados pelas chuvas. Em seguida, abordou questões administrativas, destacando a atuação do Sindicato e do Ministério Público na responsabilização do ex-Prefeito pelo não pagamento da folha de dezembro, informando que a atual gestão já apresentou um plano de pagamento após intervenção judicial. Assim como seus antecessores, o Vereador também abordou a portaria de exoneração de 32 (trinta e dois) servidores, situação a qual considera preocupante e frustrante. Expressou total solidariedade aos servidores prejudicados e saiu em defesa de que, se trabalharam, têm direito ao pagamento, devendo buscar a justiça para garanti-lo. No entanto, argumentou que as nomeações foram feitas de maneira irregular pela gestão anterior, sem previsão legal e sem envio das vagas para aprovação da Câmara. Relembrou que as nomeações ocorreram após a derrota do ex-Prefeito nas eleições, afirmando que as referidas nomeações foram realizadas sem justificativa adequada. Dentro dessa pauta, reconheceu a demora da atual gestão para tomar medidas, mas, afirmou ser compreensível diante do alto volume de problemas enfrentados, ressaltando que os Secretários estão avaliando a necessidade de cargos para definir novas nomeações dentro da legalidade, prevendo contratações para agentes de saúde, pedagogos e auxiliares de serviços gerais. Concluiu sua fala reafirmando sua solidariedade aos servidores afetados, defendendo que as decisões sejam tomadas com responsabilidade e coerência, sempre respeitando a legalidade. A Vereadora Tia Janne também prestou apoio aos servidores que enfrentam dificuldades atualmente. Relembrou que o último concurso realizado na cidade quase não ocorreu, só tendo sido realizado após muita pressão. Reiterou que, mesmo depois de todas as dificuldades enfrentadas para a realização do certame, quando o mesmo foi concluído, vieram à tona algumas irregularidades. Ressaltou, deste modo, que os servidores não possuem culpa alguma pelo que está acontecendo. A Parlamentar reiterou que é compreensível a frustração de ver um sonho interrompido após tanto esforço e dedicação nos estudos e reafirmou que o seu desejo é que essa situação seja resolvida da melhor forma possível, ressaltando que esse problema tem raízes na gestão anterior e que, por isso, não se pode responsabilizar apenas a atual administração. Finalizou afirmando acreditar que a situação será resolvida e reiterou seu apoio a todos os afetados. O Vereador Paulo Geaneo se solidarizou com toda família da Senhora Alcides David e também com a família de seu amigo



Chico Marcolino, que se encontram em luto nesse momento pela partida de seus entes queridos. Acerca dos servidores exonerados, se solidarizou com todos, versando sobre as dificuldades que estas pessoas enfrentaram para atingir êxito no certame, incluindo noites em claro e dificuldades financeiras ao longo do processo. Citou, nesse sentido, o exemplo de seu irmão. Sobre as afirmativas de que as exonerações foram feitas porque as nomeações não estavam de acordo com a lei, questionou o motivo de as exonerações não terem ocorrido no início da gestão, apenas após um mês de trabalho não remunerado. Aparte, o Vereador Júnior do Povo registrou que não votará nenhum projeto de lei de criação de cargos enquanto as situações não forem resolvidas na justiça. Informou ainda que, os termos de posses foram retificados porque a lei existe e questionou onde estariam as provas das acusações proferidas à gestão anterior. De volta com a fala, o Vereador Paulo Geaneo versou sobre as perseguições políticas que estão ocorrendo no município, citando, a exemplo, um cidadão que está perto da idade de se aposentar e foi transferido para um local longe de sua residência. O Parlamentar citou outros exemplos e tratou sobre a afirmativa que foi feita de que a gestão anterior deixou um "rombo" no município, questionando em como poderia haver recurso para contratação de serviço de mídia no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais), apenas em um mês, se realmente esse "rombo" existisse. O debate acerca de transferências no município se estendeu por alguns momentos e, após isso, o Vereador Professor Deza Soares fez uso do seu tempo regimental para comunicar oficialmente o seu afastamento temporário da Presidência da Câmara, reconhecendo e respeitando a decisão judicial, embora tenha registrado que a considere equivocada e motivada por interesses políticos. Lembrou que essa iniciativa partiu de seu próprio grupo político, através de um Vereador, algo que considerou incomum, haja vista que em nenhuma outra cidade se viu um partido denunciar seu próprio Presidente. Apesar disso, registrou seguir de cabeça erguida, pois, possui ciência de que seu afastamento não se deu por corrupção ou incapacidade administrativa, mas, sim, por uma "decisão jurídica questionável". Registrou sua confiança de que essa situação será resolvida no Tribunal de Justiça. Agradeceu a todos que o conduziram a esta posição e reafirmou seu compromisso com a transparência. Na próxima sessão, afirmou que pretende apresentar um relatório de gestão e reforçar seu trabalho nesta Casa. Sobre a questão dos servidores, afirmou entender que houve falhas tanto na nomeação inicial quanto na condução do problema pela atual gestão, pontuando que o correto seria ter tomado providências desde o início, seja para corrigir eventuais erros, seja para garantir a segurança dos servidores nomeados, defendendo que é fundamental que seus direitos sejam respeitados. Por fim, esclareceu que não votará a favor da criação de cargos temporários enquanto não houver a nomeação dos servidores efetivos, ressaltando a necessidade de uma solução justa e coerente para essa questão sempre respeitando os trabalhadores e o bom funcionamento da administração pública. O Vereador Professor prestou solidariedade as famílias de Alcides David e de Chico Marcolino, que enfrentam a dor do luto nesse momento. Referentemente aos 32 (trinta e dois) funcionários que foram "covardemente perseguidos", lembrou o dia em que votou contra o Projeto de Decreto Legislativo que "sustentava essa covarde decisão tomada pela gestão municipal". Assim, afirmou que se recusa "a fazer parte da Casa que votou favoravelmente à um Decreto de um ex-Vereador, hoje, Secretário, que faz parte da perseguição e disse aqui que quando assumisse colocaria para fora as famílias". Registrou ainda que nunca presenciou o fato de um Gestor Municipal, em menos de um mês de gestão, já ter dois processos abertos. Lembrou sua afirmativa de que estaria pronto para ajudar e contribuir com a gestão, entretanto, ressaltou que "não pode se calar diante dessa situação". Sobre o Projeto de Decreto Legislativo aborgado pelo Vereador Júnior do Povo, esclareceu que o mesmo apenas busca garantir que ninguém seja prejudicado até que se comprove se esses funcionários foram nomeados de maneira indevida. Afirmou ainda que consultou vários juristas e ressaltou que "a lei é clara: ao revogar disposições contrárias, ela anula apenas aquilo que conflita com a nova legislação, mas a criação de cargos não funciona assim. A extinção de um cargo exige uma lei específica que declare que ele deixa de existir". Logo, esclareceu que se a



atual gestão não extinguir formalmente as leis que criaram esses cargos anteriormente, no entendimento de muitos juristas, essas leis continuam válidas. Portanto, afirmou entender que todos os funcionários nomeados devem ter seus direitos preservados até que se tenha uma definição clara e justa sobre a legalidade dessas nomeações. Aparte, o Vereador Júnior do Povo levantou questionamentos em relação a data que a Prefeita e o seu Vice assumiram a Prefeitura. Também informou que no dia de ontem entrou em contato com a Promotoria para marcar uma audiência e apresentar caso a caso as portarias concedidas, afirmando que a atual gestão alega falta de dinheiro para pagar servidores, mas continua nomeando pessoas sem planejamento adequado. Registrou que a justificativa alega não se sustenta, arguindo que, caso realmente houve problemas financeiros, o duodécimo da Câmara não teria sido repassado na data correta. Ademais, afirmou que “lei não se discute, se cumpre” e relatou estar recebendo diversas mensagens de servidores que foram exonerados e transferidos. De volta com a fala, o Vereador Professor Nonato afirmou que “há um claro desvio de função, com nomeações em cargos que deveriam ser ocupados por concursados. A antiga oposição, que defendia o concurso, agora ignora os servidores efetivos. Alegam falta de recursos, mas seguem contratando”. Reiterou estar comprometido a apoiar a criação de cargos na educação para evitar prejuízos, mas exigiu transparência nas reais necessidades. Como líder do PT, informou que irá orientar sua bancada a votar contra novas contratações sem organização. Além, informou sobre posterior apresentação de um decreto para anular contratos temporários que prejudicam efetivos, garantindo que a gestão respeite os recursos destinados à educação. Trazendo uma informação do Governo Municipal, o Vereador Paulo Robson registrou que recebeu uma cópia de um plano de pagamento da folha de dezembro, que detalha as condições para os servidores efetivos, temporários e comissionados, expondo o cronograma ao público. Informou ainda que, caso a arrecadação aumente, as parcelas poderão ser reduzidas. O Vereador Professor Deza Soares caracterizou como fundamental a comunicação clara entre o Vereador e o Governo para resolver a situação do pagamento dos servidores, do mesmo modo que reconheceu a importância de lidar com a situação dos concursados, que estão com dúvidas sobre a legalidade de suas nomeações. Assim, deixou a sugestão da criação de uma comissão formada por juristas, com representantes do Executivo e do Legislativo, para esclarecer essa questão e verificar os direitos dos servidores nomeados. Usando seu tempo de líder da bancada, o Vereador Professor Nonato sugeriu que a Prefeita organize melhor o pagamento, criando uma reserva para emergências e definindo um cronograma claro. A proposta de pagar em cinco parcelas, especialmente para quem recebe um salário mínimo, não parece viável, já que muitos servidores mal conseguirão cobrir suas contas básicas, concluiu. O Vereador Valmir Brasil lembrou que os Vereadores outrora oposição ao Governo, realmente lutaram para a realização do concurso público. Dentro desse assunto, também lembrou que, como servidor efetivo, também foi perseguido pela gestão anterior, tendo, inclusive, que pedir licença sem remuneração, ainda que conseguisse conciliar seu cargo efetivo com o cargo de Vereador. Registrou, assim, ser contra qualquer tipo de perseguição e que acredita que a Chefe do Poder Executivo Municipal não adotará tal ação. Parabenizou a bancada de oposição pelas manifestações, ainda que, segundo ele, quando eram situação, as ações eram outras. Aparte, a Vereadora Tia Janne registrou que a bancada do PSB é contra as transferências desnecessárias. Porém, registrou que, caso a Prefeita veja necessidade, as transferências vão ocorrer. Aparte, o Vereador Paulo Geaneo solicitou ao Banco Bradesco que conserte o caixa eletrônico do município altaneirense., que atualmente se encontra com defeito. **ORDEM DO DIA:** Antes das leituras do item 1: Parecer nº 001/2025, da Comissão Permanente, referente a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que acrescenta parágrafo ao Art. 19 da Lei Orgânica Municipal e adota outras providências e do item 2: Parecer nº 002/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 001/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o adiantamento do 13º salário dos servidores no mês de seu aniversário, e já outras providências, o Vereador

Am. Soares

Paulo Robson

Deza Soares

Valmir Brasil

Paulo Geaneo

Paulo Geaneo



Professor Nonato fez pedido de vista de ambas as matérias e os pedidos foram concedido pela Mesa Diretora. Prosseguindo, seguiu-se para a deliberação do item 3: Requerimento nº 009/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando o encaminhamento de extratos bancários do dia primeiro de janeiro até o dia, em que sendo atendido, sejam emitidos das contas bancárias mencionadas nos Ofícios nº 010, 014, 015, 017 e 018 do Gabinete da Prefeita Publicados no Diário Oficial dos Municípios da APRECE. Após a leitura da matéria, o autor da mesma registrou que a solicitação trata-se apenas de um pedido de informação que visa analisar e entender quais as movimentações financeiras feitas pela nova gestão. Na discussão da matéria, o Vereador Júnior do Povo registrou a importância da matéria diante da situação financeira do município e solicitou que “assim que chegar a esta Casa esses extratos, que o Secretário de Administração e Finanças seja convidado a vir à Casa a dizer”. O Vereador Zé de Zuza, sobre a manifestação do Vereador Professor Deza Soares em relação a Presidência da Casa, registrou que, caso seja a decisão da justiça que o referido Vereador retorne à condição de Presidente da Casa, será um prazer recebê-lo novamente dessa forma. Sobre a matéria em discussão, assim como em outras ocasiões, registrou ser a favor de todas as matérias que forem para beneficiar a população, demonstrando seu apoio à matéria em questão. O Vereador Professor Deza Soares agradeceu as palavras de apoio do colega. Acerca da matéria, lembrou que, na condição de Presidente sempre prezou e foi a favor de matérias sobre transparência tendo, inclusive, desempatado muitas matérias nesse sentido. Diante disso, também demonstrou seu apoio à propositura. O Parlamentar também fez tratativas referentemente a nomeações de servidores temporários e efetivos. Os Vereadores Paulo Geaneo e Professora Ana Maria felicitaram a defesa da matéria, afirmando que é uma matéria que busca transparência, demonstrando seus apoios. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação nominal pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente em exercício Vereador Valmir Brasil agradeceu a participação de todos os presentes e ouvintes, assessoria interna e externa e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2025.

Deza Soares

Valmir Brasil

Paulo Geaneo

Paulo Roberto Inf. de Oliveira

Nonato

[Handwritten signatures]